

Arqueologia no Vale do Pitanga



Arqueologia no Vale do Pitanga

Resgate arqueológico e Educação Patrimonial nas imediações da
área de implantação da PCH Itaguaçu, municípios de Pitanga e
Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná.

Realização



Arqueologia no Vale do Pitanga

Resgate arqueológico e Educação Patrimonial nas imediações da
área de implantação da PCH Itaguaçu, municípios de Pitanga e
Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná.

Valdir Luiz Schwengber

Raul Viana Novasco

Tubarão, SC

2011

Copyright dos autores, 2011.

Todos os direitos reservados.

Itaguaçu Energia S/A

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 1737

Bairro Bonsucesso

85.055-000

Guarapuava – PR

Fone/Fax: (42) 3624-2748

Revisões

Valdir Luiz Schwengber

Raul Viana Novasco

Rodrigo Pereira Vieira

Capa

Raul Viana Novasco

Impressão

Gráfica Copiart

Referencia

SCHWENGBER, V. L, NOVASCO, R. V.

2011 *Arqueologia no Vale do Pitanga: Resgate arqueológico e Educação Patrimonial nas imediações da área de implantação da PCH Itaguaçu, municípios de Pitanga e Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná.*

Palavras-chave: Arqueologia, PCH Itaguaçu, Vale do Pitanga

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	8
APRESENTAÇÃO	9
ARQUEOLOGIA?	12
A OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL NA REGIÃO DO VALE DO RIO PITANGA.....	16
PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO VALE DO RIO PITANGA....	21
As pesquisas bibliográficas	22
Prospecções arqueológicas	22
Escavação arqueológica	24
Análise dos materiais arqueológicos.....	29
Os resultados das pesquisas arqueológicas em Pitanga.....	31
OS KAINGANGS NA HISTÓRIA DE PITANGA	34
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	36
SUGESTÃO DE ATIVIDADES	43
FONTES PARA CONSULTA	49
REFERÊNCIAS	50
LISTA DE FIGURAS	53

AGRADECIMENTOS

A participação e a colaboração de algumas pessoas e instituições foram fundamentais para que esse projeto atingisse o sucesso almejado. Entre elas estão:

A Superintendência do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Paraná, em especial ao Sr. José La Pastina Filho e a Técnica em Arqueologia Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço e equipe técnica pela troca de informações para a realização deste trabalho.

A Itaguaçu Energia S/A pelo suporte financeiro e logístico, em especial, a Antônio Marcos Iastrenski pela assistência e apoio na iniciativa de produzir um material paradidático para servir de referência para o sistema de ensino e comunidade em geral e assim construir suportes sociais para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural da região de Pitanga.

Um agradecimento especial aos professores da Escola Estadual São João da Colina da localidade de São João da Colina, Município de Pitanga – PR, pelo acolhimento de nossa equipe para discussão referente ao patrimônio arqueológico da região. Ao Alfredo, Maria Lúcia e Fabiana, pela viabilização dos momentos de interação com o corpo docente e discente da Escola.

Agradecimento a toda equipe técnica de arqueologia, em especial, ao Cauê, Rodrigo e João, este que permaneceu firme nas atividades de monitoramento no decorrer das obras da construção da PCH.

APRESENTAÇÃO

No Plano Nacional de Energia Elétrica está prevista a ampliação da oferta de energia elétrica a partir de diferentes matrizes energéticas, em especial, de matriz Hidrelétrica pela sua característica renovável. Dentre as unidades geradoras, a preferência é pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) devido ao menor impacto que causa sobre o ambiente, dentre o qual, se encontra o impacto humano e cultural. Considerando a necessidade de energia para propiciar a almejada qualidade de vida que todas as nações pobres e em desenvolvimento desejam, empreendimentos geradores são considerados imprescindíveis. O que mais se objetiva é que estes sejam sustentáveis, o que não evita que contenham algum tipo de impacto. Portanto, a redução de impactos é o que deve nortear as políticas energéticas. O acidente ocorrido na unidade geradora de energia, de matriz nuclear, no Japão subsidia a reflexão sobre o uso daquela matriz, uma vez que as Usinas Nucleares terão um papel crescente na geração de energia no Brasil, conforme o planejamento do Setor.

Devido à grande disponibilidade de recursos hídricos distribuídos em todo o território brasileiro, se

utiliza como principal fonte de geração de energia elétrica no Brasil, as usinas que transformam a força da água em watts. Contudo, associado ao crescimento demográfico e econômico do país, vem também o aumento de demanda de energia elétrica, que, por sua vez, torna necessário o aumento de oferta de eletricidade em curto prazo.

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), PCH é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1 MW e inferior a 30 MW de potência instalada e área total do reservatório igual ou inferior a 3 quilômetros quadrados. Ainda segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, os impactos ambientais causados pela implantação de uma PCH são qualificados como pequenos, no entanto, sem os estudos adequados e o acompanhamento previsto pela legislação, pode infligir impactos graves e irreversíveis para um determinado bioma e para as populações que nele vivem e dele dependem para sobreviver.

Portanto, da mesma forma que foram criados mecanismos para que se aumentasse a oferta de eletricidade, foram criadas, também, políticas públicas que estabeleceram mecanismos de preservação, melhoria e

recuperação da qualidade do meio ambiente, visando assegurar o desenvolvimento socioeconômico e o respeito à dignidade humana.

Um desses mecanismos é o Licenciamento Ambiental, instituído através da Lei 6.938/81 e pela Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997, de relevante importância por tratar-se de um mecanismo que promove a inter-relação entre o empreendedor e o Estado.

Em 17 de dezembro de 2002, considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), através da Portaria nº 230, normatiza a metodologia a ser utilizada nas diferentes fases dos licenciamentos arqueológicos, divididas em licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

Esse livro tem por objetivo apresentar os resultados obtidos através das pesquisas arqueológicas realizadas na área de instalação da PCH Itaguaçu, atendendo às exigências legais feitas pelos órgãos responsáveis como IPHAN/IAP/IBAMA.

ARQUEOLOGIA?

A **Arqueologia** (Archaios = antigo / Logos = estudo) é a ciência que estuda os grupos humanos que viveram no passado, seja ele muito distante ou não, através dos vestígios materiais que esses povos produziram.

É a partir desses registros que o **Arqueólogo** – profissional que realiza pesquisas arqueológicas¹ – busca informações sobre os aspectos culturais, sociais e políticos desses grupos, bem como sobre a sua relação com o meio ambiente no qual estavam inseridos. Os objetos que são encontrados com mais frequência nos sítios arqueológicos do Brasil são: fragmentos de cerâmica, ferramentas líticas, instrumentos de caça e pesca, restos alimentares, sepultamentos, vestígios de habitações, petroglifos e inscrições rupestres.

Os registros arqueológicos são formados através da ação do homem, ou seja, tudo aquilo que os povos antigos produziram, transformaram e, até mesmo, destruíram são objetos de estudo dos arqueólogos. Para tornar isso mais claro, vamos fazer um exercício de imaginação!

Imaginemos que, por algum motivo, você e seus familiares tivessem que se mudar e deixar a sua casa do jeito em que ela se encontra: as louças nos armários, o seu quarto bagunçado, a TV na estante da sala... Tudo exatamente como está lá.

¹Durante muito tempo a imagem do arqueólogo ficou associada ao pesquisador que estuda os dinossauros. Mas essa função não diz respeito ao arqueólogo, e sim ao paleontólogo, profissional que se dedica ao estudo dos animais e vegetais fósseis.

Imaginou? Imagine agora que, daqui mil anos, uma equipe de arqueólogos vá “escavar” o que restou da sua casa. Eles vão escavar a cozinha, o jardim, o seu quarto e, a partir dos seus objetos e da posição dos cômodos, eles iriam criar hipóteses de como você e sua família viviam. Além disso, eles criariam teorias de como era a sociedade no período em que você vive, quais os costumes dessa época e como você e as pessoas do seu tempo se relacionavam com o meio onde viviam. Interessante não?! Pois é isso que os arqueólogos fazem nos sítios arqueológicos atualmente.

No Brasil, os sítios arqueológicos são divididos em **pré-coloniais** e **coloniais**. Os sítios arqueológicos pré-coloniais são aqueles formados nos períodos anteriores ao contato dos indígenas com os europeus. Já os sítios arqueológicos coloniais são aqueles formados por grupos indígenas após o contato com os colonizadores europeus e aqueles formados pelos próprios colonizadores (Ex.: edifícios antigos, áreas de conflitos, etc.).

Durante o período pré-colonial, o Brasil foi ocupado apenas por grupos que não tinham o domínio da escrita, mas que tinham o hábito de caçar, pescar e coletar alimentos, produzir cerâmicas e desenvolver a prática da agricultura.

Já o período colonial (também chamado de Histórico), é caracterizado pela existência de documentos que auxiliam o seu estudo. Neste período, elementos como mapas, textos, fotografia, monumentos e construções

ajudam a entender a vida das sociedades históricas mais antigas, enquanto o período pré-colonial é estudado apenas por vestígios encontrados.

Para estudar os achados arqueológicos o arqueólogo se utiliza de teorias e métodos próprios da arqueologia e de outras ciências, que de diversas formas auxiliam nas pesquisas arqueológicas, como a História, a Geografia, a Biologia, etc.

O primeiro passo dado em uma pesquisa arqueológica é a pesquisa bibliográfica, através da qual o arqueólogo busca, em livros e documentos, informações sobre pesquisas anteriores realizadas no local onde ele pretende iniciar sua pesquisa. A partir das informações adquiridas nessa etapa, o arqueólogo define os métodos que ira utilizar alcançar seus objetivos.

O segundo passo é a realização de prospecções arqueológicas, que compreendem a buscas sistemáticas de campo, através das quais o arqueólogo identifica e mapeia novos sítios arqueológicos que serão pesquisados.

Após mapear os sítios arqueológicos, são realizadas escavações nos sítios, etapa importantíssima para que as pesquisas produzam resultados confiáveis e satisfatórios. Nas escavações são recolhidos artefatos, amostras de sedimento e materiais para datação. Além disso, todas as etapas da escavação são documentadas (descritas, desenhadas e fotografadas) para evitar que informações sobre a estrutura arqueológica seja perdida.

Todo o material e as informações coletadas durante a escavação é submetido a análise em laboratório. Os

artefatos são higienizados e catalogados e depois são analisados, onde se busca identificar como se deu o seu processo de produção e qual a sua funcionalidade. Os desenhos e fotografias passam por processos de digitalização e, através deles, é possível estimar como se deu a ocupação e quanto tempo ela durou naquele espaço. Esses dados e outros gerados em laboratório são transformados em conhecimento, que por sua vez, é repassado para a sociedade através de revistas especializadas e materiais didáticos, como esse.

A OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL NA REGIÃO DO VALE DO RIO PITANGA

A região onde está situado o Rio Pitanga possui características ambientais comuns às terras altas do sul do Brasil, conhecidas como Planalto dos Campos Gerais. Esse domínio geomorfológico, formado entre 65 e 135 milhões de anos atrás, é composto por rochas como o basalto, riolito e arenito. Hidrograficamente, Pitanga está localizada na bacia do Rio Paraná, sub-bacia do Rio Ivaí, sendo banhada por rios menos expressivos como os rios Pitanga e Marrequinhas. Os solos que recobrem essa região são conhecidos como Latossolos, nome dado aos solos bastante evoluídos resultantes de energéticas transformações no seu material de origem, nesse caso, o basalto. A vegetação que recobre a região é chamada *Floresta Ombrófila Mista*, comumente conhecida como **Mata de Araucária**. Esse tipo de formação vegetal, original dos vales dos grandes rios do sul do Brasil, teve sua expansão territorial facilitada pelas alterações climáticas ocorridas nos três últimos milênios, que é quando o planeta Terra começa a esfriar.

Tal configuração ambiental permitiu que diversos grupos humanos pré-coloniais se assentassem aqui e daqui extraíssem os recursos naturais necessários para sua subsistência. Até o momento, as pesquisas arqueológicas conseguiram identificar a presença de três grupos que, de formas diversas, ocuparam a região onde está situado o município de Pitanga. São eles os **caçadores-coletores, os ceramistas Jêe os ceramistas Guarani**.

Conheça mais esses povos nas páginas seguintes!

Caçadores-coletores: eram grupos nômades e se alimentavam de caça e de produtos vegetais naturalmente disponíveis. No início da ocupação – há aproximadamente 9.000 anos antes do presente – exploravam os ambientes abertos e as incipientes matas. Com o adensamento das matas nos últimos milênios, alguns desses grupos nômades acabaram se fixando em áreas que ofereciam recursos necessários para sua subsistência. Os arqueólogos, para distinguir os diferentes grupos caçadores-coletores, criaram nomes a partir dos restos deixados por eles. Os que produziam muitas pontas de flecha foram denominados de “Tradição Umbu” e os que produziam machados e raspadores lascados foram denominados “Tradição Humaitá”. O que os arqueólogos não sabem dizer é se esses grupos que produziam esses artefatos pertenciam à mesma população ou não.



FIGURA 1: ARTEFATO UMBU.



FIGURA 2: ARTEFATO HUMAITÁ.

Ceramistas Jê: esses grupos migraram da região central do Brasil para as terras altas Sul americanas. As informações obtidas até o momento indicam que sua migração teve início 1.000 anos antes de Cristo, ocupando um espaço menos povoado e adaptando seu tradicional modo de vida aos novos ambientes. O grupo Jê mais conhecido entre os arqueólogos é o que produzia as “casas subterrâneas” e confeccionava cerâmica. Esse grupo corresponde aos antepassados dos índios Kaingang, que em meados do século XIX foram reunidos em reservas, como, por exemplo, a Reserva do Rio Marrecas, no município de Turvo.



FIGURA 3: CASAS SUBTERRÂNEAS GEMINADAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, SC.

Ceramistas Guarani: esses povos amazônicos iniciaram a migração para o sul do Brasil no século V antes de Cristo, colonizando as matas do rio Paraná até ocupar os vales dos grandes rios e as regiões litorâneas do sul do país. Ocuparam quase todo o território do atual estado do Paraná, principalmente os vales dos rios Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu e viviam em aldeias relativamente estáveis. Ao contrário dos Jês, usavam diversificados tipos de vasilhas cerâmicas, em que há grandes vasos para preparação e conservação de bebidas fermentadas, panelas para cozimento de alimentos, tigelas e pequenos potes para servir comidas e bebidas. Assim como a cerâmica, os espessos pacotes de terra preta arqueológica encontrada nos sítios são elementos que caracterizam os assentamentos Guarani.



FIGURA 4: FRAGMENTOS DE CERÂMICA GUARANI. FONTE:
SCHMITZ, 2006.

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO VALE DO RIO PITANGA

Durante as atividades de levantamento prospectivo foram identificados três sítios arqueológicos vinculados aos grupos caçadores-coletores portadores da Tradição Humaitá.

As primeiras vistorias realizadas nos sítios nos permitiram verificar que os mesmos encontram-se bastante destruídos, destruição que é resultado de décadas de cultivo das terras onde os sítios arqueológicos encontram-se implantados, nas quais é comum o plantio de milho e soja.

Por solicitação da **Itaguaçu Energia S/A** foram realizadas atividades de resgate arqueológico dos sítios Pitanga-01 Pitanga-02 e Pitanga-03. Os sítios arqueológicos foram escavados no mês de junho e todo o material arqueológico foi levado para laboratório, onde passou pelo processo de curadoria (higienização, numeração e catalogação) e análise, através da qual buscamos compreender como os artefatos foram produzidos.

Nas próximas páginas explicaremos passo-a-passo, como realizamos todas as etapas do projeto, da pesquisa bibliográfica às atividades de divulgação dos resultados obtidos.

AS PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS

Através das pesquisas bibliográficas realizadas descobrimos que a região do Rio Pitanga foi densamente ocupada por grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê: os Kaingang. Esses grupos, originais da região central do Brasil, migraram para a região sul do Brasil, atraídos pelas matas de araucárias, de onde extraíam um elemento básico para a sua subsistência: o pinhão.

Obtivemos, também, informações referentes ao convívio entre os Kaingang e os colonizadores europeus, que chegaram à região no início do século XIX. Infelizmente as informações que obtivemos não nos trazem boas histórias. Segundo os registros históricos nos quais pesquisamos, a convivência entre os grupos Kaingang e os colonizadores europeus foi marcado por uma série de conflitos, onde várias pessoas morreram. Mas esse tema será abordado mais a frente.

PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS

As atividades de prospecção foram realizadas em duas áreas do rio Pitanga e uma área do rio Marrequinhas, tributário do primeiro. Nessas três áreas pontuais as características ambientais são idênticas, o que as torna igualmente propícias para a ocupação humana. As áreas são compostas por encostas fluviais íngremes (vales), áreas planas associadas às curvas dos rios, florestas com araucárias e composição lítica de rochas sedimentares.

As prospecções consistem na busca sistemática por vestígios e sítios arqueológicos. Nas atividades de prospecção realizamos caminhamentos por toda a área delimitada, escavamos poços-teste com trados ou cavadeiras em locais pré-determinados e em locais com grande probabilidade de haver ocorrência de materiais arqueológicos.

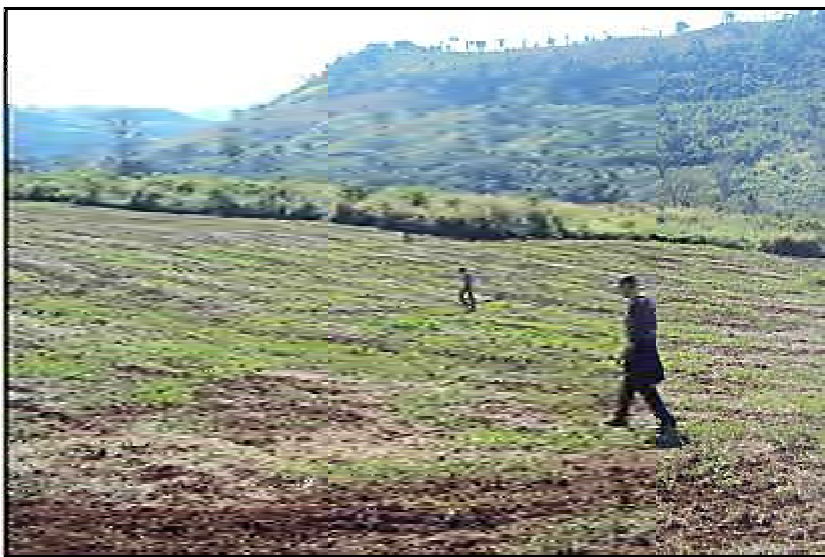


FIGURA 5: ARQUEÓLOGOS REALIZANDO PROSPECÇÃO POR LINHAS DE CAMINHAMENTO.



FIGURA 6: ARQUEÓLOGOS REALIZANDO PROSPECÇÃO ATRAVÉS DA ESCAVAÇÃO DE POÇOS-TESTE.

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Após serem identificados, os sítios arqueológicos passaram por atividades de escavação e resgate dos objetos e das estruturas que os compõem. Nesses sítios que encontramos, verificamos que os mesmos eram compostos por materiais líticos (ferramentas e restos das rochas utilizadas para confeccionar as ferramentas). Um único sítio apresentou estrutura de combustão (fogueira), indicando que ali existiu um acampamento pré-colonial.

As escavações arqueológicas devem respeitar métodos desenvolvidos por diversos arqueólogos durante anos e anos de pesquisas. Esses métodos são empregados para evitar que informações importantes sejam perdidas

durante a escavação. Por isso os sítios são escavados com muito cuidado, utilizando, para isso, ferramentas específicas.

O primeiro passo de uma escavação arqueológica é a delimitação da área que será escavada. Nessa área são demarcadas sondagens e quadrículas – conhecidas também como unidades amostrais - que serão escavadas. Através da escavação dessas unidades amostrais são evidenciadas as estruturas e de onde são coletados os materiais que auxiliarão na obtenção de informações sobre os grupos que deixaram tais vestígios.



FIGURA 7: ARQUEÓLOGO DEMARCANDO UMA QUADRÍCULA A SER ESCAVADA.

Após demarcar as unidades que serão escavadas, inicia-se o processo de decapagem de tais unidades. A decapagem consiste na escavação sistemática da unidade, onde são obedecidos pacotes de sedimentos que podem ser definidos artificialmente (o arqueólogo determina a espessura do pacote, por exemplo, 10 cm) ou naturalmente (o sítio é escavado obedecendo à apresentação natural da estrutura arqueológica).

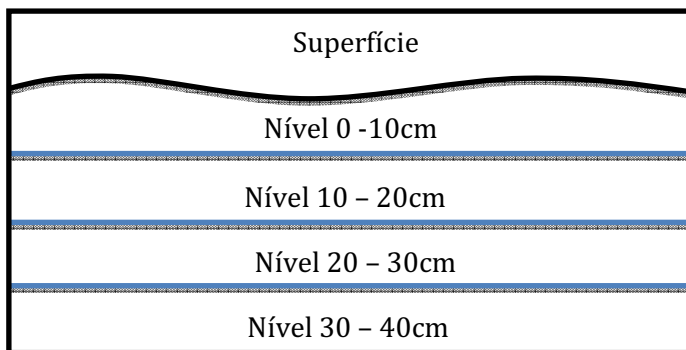


FIGURA 8: EXEMPLO DE PACOTES ARTIFICIAIS DEFINIDOS PELOS ARQUEÓLOGOS.

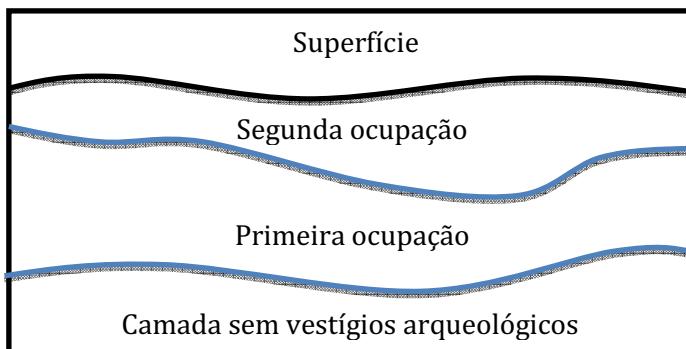


FIGURA 9: EXEMPLO DE PACOTES NATURAIS DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA.



FIGURA 10: ARQUEÓLOGO ESCAVANDO A UNIDADE ATRAVÉS DE NÍVEIS ARTIFICIAIS (SÍTIO PITANGA 3).



FIGURA 11: ARQUEÓLOGOS ESCAVANDO PERFIL DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO (SÍTIO PITANGA 1).



FIGURA 12: ARQUEÓLOGOS ESCAVANDO ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA POR NÍVEIS NATURAIS (SÍTIO PITANGA 2).

Além das escavações, são realizadas também coletas de materiais arqueológicos que estão dispostos sobre a superfície e que não estão em áreas que serão escavadas.



FIGURA 13: ARQUEÓLOGOS REALIZANDO COLETA DE SUPERFÍCIE.

ANÁLISE DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Uma das últimas etapas de um projeto de arqueologia é a análise dos materiais arqueológicos resgatados dos sítios escavados. As escavações dos sítios arqueológicos Pitanga 1, Pitanga 2 e Pitanga 3 renderam um total de 274 objetos.

Após serem escavados, esses materiais foram enviados para laboratório, onde passaram por um processo de curadoria e análise.

Inicialmente, todo material foi higienizado. A higienização consiste na lavagem do material, onde são utilizados somente água corrente e escovas pequenas.

Em seguida, todo material é catalogado. A catalogação consiste na organização do material, que são separados por sítio, por método de coleta (superfície ou escavação) e por local de proveniência.

O próximo passo é a numeração das peças. Todas as peças são numeradas, obedecendo à ordem estabelecida pela catalogação. Os números são escritos nas peças para evitar que essa referencia seja perdida.

Por fim, todas as peças são analisadas conforme a lista de análise elaborada pelo arqueólogo. Nessa lista são contemplados dados que permitem ao arqueólogo entender como aquele objeto foi confeccionado, qual a matéria-prima utilizada e quais as dimensões da peça. Essas informações ajudam na caracterização do sítio e do grupo responsável por sua “construção”.



FIGURA 14: ARQUEÓLOGO CATALOGANDO MATERIAL ESCAVADO.

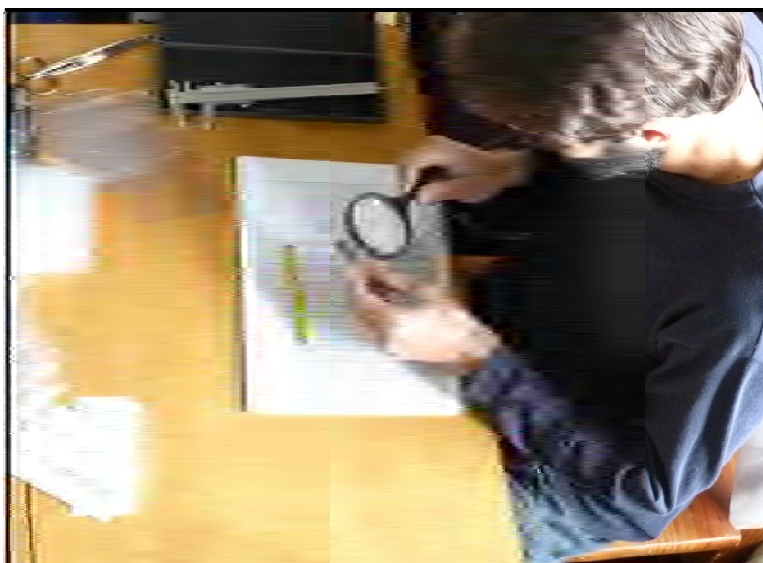


FIGURA 15: ARQUEÓLOGO ANALISANDO MATERIAL ESCAVADO.

OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM PITANGA

Como visto até então, a pesquisa arqueológica é composta por várias etapas. Através destas etapas são compilados diversos tipos de informações, as quais devem ser cruzadas para que novos conhecimentos sejam obtidos.

Para “produzir” novos conhecimentos, cruzamos os dados provenientes das pesquisas bibliográficas, das prospecções, das escavações e das análises.

Com as pesquisas bibliográficas obtivemos dados referentes aos projetos arqueológicos realizados por outros pesquisadores, através dos quais verificamos que grupos pré-coloniais ocuparam a região.

Com as prospecções, verificamos que as características ambientais da área são propícias para que grupos humanos se fixassem ali. Além disso, verificamos também a existência de três sítios que repetem padrões de assentamento já identificados em pesquisas anteriores.

Durante as escavações, percebemos que cada sítio apresenta uma funcionalidade diferente. O sítio Pitanga 1, que está situado em um local mais íngreme, onde verificamos a existência de uma área de extração de matéria-prima para confecção dos artefatos, apresentou a funcionalidade de **oficina lítica**. O sítio Pitanga 2, situado em área mais plana, próxima ao rio, apresentou funcionalidade de **acampamento**, onde verificamos a existência de uma fogueira e artefatos que poderiam ser utilizados para o preparo dos alimentos. O sítio Pitanga 3,

situado na base de uma encosta suave, onde também verificamos a existência de uma área de extração de matéria-prima para artefatos, apresentou uma grande concentração de artefatos, caracterizando-se, também, como uma *oficina lítica*.

Os sítios do tipo oficina lítica são os locais onde os grupos indígenas pré-coloniais obtinham a matéria-prima para a confecção dos seus artefatos, bem como os locais onde eles lascavam ou poliam essa matéria-prima até obter sua forma ideal.

Já os sítios acampamento são os locais onde esses grupos se assentavam temporariamente para caçar, coletar ou se abrigar. Geralmente esses sítios apresentam vestígios de fogueiras, através das quais eles preparavam os alimentos e se protegiam do frio.

Com os dados obtidos com as pesquisas, não foi possível relacionar cronologicamente os sítios. Dessa forma a contemporaneidade das estruturas é algo que não pode ser verificado. Contudo, considerando a proximidade entre os sítios, principalmente entre os sítios Pitanga 1 e Pitanga 2, podemos inferir uma relação entre esses dois locais.

Através das análises topográficas, ambientais e tecno-tipológicas dos artefatos encontrados, verificamos a semelhança entre as matérias-primas dos dois sítios, ou seja, o material que era extraído do sítio Pitanga1 poderia estar servindo de matéria-prima para a confecção dos artefatos encontrados no sítio Pitanga 2. Essa hipótese foi alicerçada também nas lascas e refugos encontrados no segundo sítio, que indicam que artefatos eram preparados ao redor da fogueira.



FIGURA 16: VISTA AÉREA DO LOCAL ONDE SERÁ INSTALADA A USINA, COM A LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.

OS KAINGANGS NA HISTÓRIA DE PITANGA

Até o início do século XIX, a região dos campos gerais – de Guarapuava e de Palmas – era ocupada unicamente pelos Kaingang, ramificação étnica que provem do tronco linguístico Jê, os quais praticavam agricultura de subsistência e tinham como principal recurso alimentar o pinhão, obtido através da *Araucária angustifolia*.

Segundo Mota (1994), os Kaingang ocupavam toda a região do planalto paranaense, limitando seu território pelas vertentes orientais da Serra do Mar ao leste, e pelas barrancas do Rio Paraná a oeste. Contudo, as políticas de ocupação do governo consideravam que, nessa região ocupada por Kaingangs, havia um “vazio demográfico”, apontando para a necessidade de colonização dessas regiões, desconsiderando a ocupação indígena.

Camargo (1999) afirma que o início dos conflitos entre colonizadores e Kaingangs ocorridos na região de Pitanga, se deu a partir do lançamento do decreto nº 294 – 17/04/1913, o qual obrigava que a reserva indígena, situada à margem direita do Rio Ivaí, fosse desocupada para que os colonos pudessem se instalar sobre essa área.

Com o tempo os colonos começaram a reduzir a reserva dos Kaingang e estes iniciaram a onda de saques aos sítios,

furtando porcos para a alimentação. Quando eram pegos com o produto do furto, os índios eram chamados à presença de autoridades e, por fim, eram maltratados ou mortos (EURICH, 2010).

No dia 1º de abril de 1923, os Kaingang invadiram a sede da Vila da Pitanga e, não encontrando resistência, saquearam casas comerciais e domicílios. Durante o processo de ocupação da vila, que se estendeu até o dia 6 do mesmo mês, alguns colonos resistiram e acabaram mortos. Isso acabou desencadeando revolta entre os moradores da vila, que foram ao encontro dos índios e, assim, mais mortes acabaram ocorrendo.

Segundo informações obtidas em interrogatórios realizados com alguns dos integrantes do grupo de Kaingangs que invadiu a sede da Vila de Pitanga, tal ação foi liderada por falsos padres que, a mando do monge João Maria, aliciaram os indígenas e empreenderam a invasão a fim de recolher, através do saque, tudo o que fosse possível. Após o ocorrido, quatro Kaingangs foram detidos e um inquérito foi instaurado, sendo que o mesmo pode ser encontrado no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava.

Atualmente, os Kaingang encontram-se assentados sobre a Terra Indígena Marrecas, situada à margem direita do Rio Marrecas, entre os municípios de Turvo e Guarapuava (aproximadamente 70 km do centro de Pitanga).

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial é considerada parte inerente do estudo arqueológico, ocorrendo nas diferentes etapas da sua realização, no intuito de promover uma crescente apropriação das culturas do passado e gerando condições adequadas para um modelo de pesquisa que proporcione interação com as comunidades. Quando o arqueólogo interage com os saberes da população local, permite a esta, como ocorreu neste estudo aos agricultores das áreas pesquisadas, maior reconhecimento do seu ambiente de trabalho e de vida referente à ocupação de populações pretéritas nos terrenos prospectados e seus arredores.

A socialização dos conhecimentos derivados da pesquisa arqueológica junto à comunidade local, respondem à função social da disciplina, através do reconhecimento da história dos grupos pré-coloniais e remanescentes para a formação da identidade cultural. Além disso, tem importante papel em assumir uma postura ativa para o esclarecimento sobre a existência de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, a pesquisa e a difusão da consciência preservacionista. (SCHWENGBER, 2002)

Conforme Dmitruk, (2001), até a primeira metade do século XX, o termo Patrimônio Cultural aplicava-se às obras de arte literárias, pictóricas, arquitetônicas, aos bens e monumentos das classes e grupos dominantes. Atualmente, a noção de Patrimônio Cultural é muito mais ampla e democrática, pois

refere-se ao patrimônio integral e compreende todos os bens culturais dos grupos formadores de uma comunidade.

No trabalho de preservação de sítios arqueológicos, deparamo-nos com diversas dificuldades. Muitas vezes, dada a relação conflituosa entre colonizadores e povos nativos no momento do contato, o monumento ou objeto remanescente desses grupos, não contém, implicitamente, importância histórica para a população que hoje ocupa esta área. Ao contrário, revela uma relação odiosa, seja pelas experiências vividas por antepassados ou pela imagem de inferioridade, reiterada pela história oficial em relação ao elemento nativo, o “índio”. Outro aspecto a destacar refere-se à definição de qual monumento ou objeto será protegido como patrimônio histórico.

Diversas são as formas de socializar os resultados das pesquisas arqueológicas. Além de museus, recebe destaque o papel desenvolvido pelas palestras, oficinas e exposições itinerantes – as atividades que inserem a Arqueologia no contexto da sala de aula. Aponta-se também a hipermídia (CD-ROM e aplicativos para a internet) como uma interessante alternativa para o desenvolvimento da educação patrimonial, contribuindo para a produção de materiais educativos, utilizando o computador como recurso didático.



FIGURA 17: PALESTRA SOBRE A ARQUEOLOGIA REGIONAL COM ALUNOS DE SERIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DA ESCOLA SÃO JOÃO DA COLINA – PITANGA – PR.

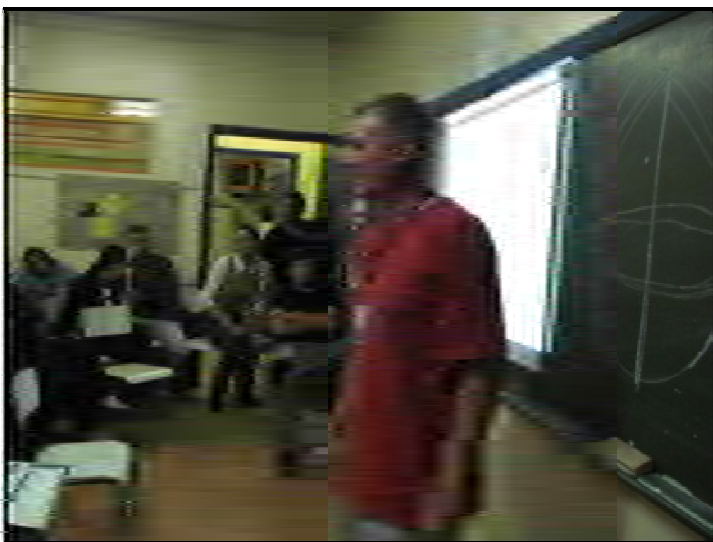


FIGURA 18: PALESTRA DO ARQUEÓLOGO VALDIR L. SCHWENGBER PARA UM GRUPO DE EDUCADORES E PESSOAS DA COMUNIDADE

O museu como espaço de problematização da realidade, tanto através da produção cultural de populações do presente, quanto de pretéritas, é um importante mecanismo para apropriação do processo histórico e dos elementos inerentes à identidade das comunidades impactadas.

Neste sentido, a arqueologia é uma disciplina que pode contribuir para o conhecimento de diferentes sociedades ignoradas pela história oficial e, por isso, inferiorizada na construção da identidade cultural de uma sociedade. O estudo da cultura material permite que vozes que não tiveram oportunidade de manifestar-se na história, possam configurar numa releitura histórica em que sua contribuição deverá ser reconhecida.

O conteúdo da pré-história nos livros didáticos da 5ª Série do Ensino Fundamental (agora distribuídos entre o 5º Ano e 6º Ano) é abordado de forma equivocada e, ora ignorando estes períodos históricos, com seu desenvolvimento tecnológico (paleolítico e neolítico, por exemplo), ora apresentando uma abordagem distante dos resultados obtidos em estudos arqueológicos no Brasil e, por consequência, do espaço geográfico ocupado pelo aluno, privilegia a pré-história da Ásia, Europa e África.

Em uma pesquisa realizada a partir dos livros didáticos mais utilizados no Estado de Santa Catarina, no ano de 2004,

confirmou-se a hipótese de que grande parte dos livros faz referência às “populações indígenas”, no entanto, indicam de forma precária as etnias e o local em que estes grupos viviam ou se ainda existem remanescentes. Ainda sobre os livros didáticos, estes carecem de subsídios para que o professor possa problematizar esta temática, conforme apregoam as metodologias de ensino correntes. Isto se aplica tanto à cultura material e imaterial das populações indígenas e se repete em todo o país - não é diferente no sistema educacional no Estado do Paraná, em relação às populações que ocupavam a região de Guarapuava. Muitas vezes os educadores identificam, na comunidade em que atuam, diversas evidências da presença de sociedades pré-coloniais sem que consigam desenvolver as temáticas por falta de subsídio teórico e didático, mantendo-se presos aos conteúdos dos livros didáticos.

Percebe-se freqüentemente que os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão de processos culturais nas suas mais diferentes características, são pouco considerados para a interpretação da identidade nacional, fruto do baixo grau de socialização destas pesquisas junto à sociedade, em especial, no meio educacional. Neste sentido, os esforços empreendidos em disseminar os resultados das pesquisas para o reconhecimento do patrimônio histórico brasileiro, de forma que inclua grupos e manifestações pouco contempladas nos sistemas educacionais, deverá ser

estimulado ainda mais, através de materiais como estes, produzidos a partir de uma pesquisa arqueológica de contrato.

A instituição Escola pode e deve contribuir na valorização do patrimônio, conduzindo o aluno à compreensão e resgate de certos valores, para que possa praticar o que lhe foi ensinado, além de estimular a formação de sua visão crítica sobre as relações culturais e, por consequência, das relações sociais em nosso país. O conhecimento sobre a realidade atual das sociedades indígenas é de fundamental importância, pois resulta de um processo histórico que envolveu diferentes grupos sociais e deve possibilitar ao aluno a percepção de que a realidade vivenciada é mutável e consequência das ações de pessoas como ele, que viveram e vivem em tempos históricos e espaços geográficos diferentes. No espaço escolar, a arqueologia e a etnografia têm como objetivo promover a socialização do conhecimento, possibilitando a apropriação das evidências de cultura material e imaterial, para o reconhecimento da cultura das populações indígenas.

A implementação curricular da Educação Patrimonial, durante a elaboração da LDB 1996 (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Brasileira) não obteve sucesso. No entanto, a flexibilização da estrutura de ensino, ampliando a autonomia dos sistemas de ensino estadual e municipal, permite uma implementação regional das temáticas de interesse nas suas

Propostas Curriculares. Por outro lado, as questões referentes ao Patrimônio Cultural estão previstas nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), especificamente no que tange ao Multiculturalismo e sugeridos nos Temas Transversais, onde perpassam em todo o processo de apropriação cultural. Os mecanismos legais permitem que a Educação Patrimonial possa permear todo fazer pedagógico, marcando presença efetiva tanto quanto assumisse *status* de disciplina.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

OFICINA CERÂMICA

Para proporcionar uma melhor apropriação dos conhecimentos aplicados durante as aulas, os professores poderão utilizar esta ferramenta para facilitar a aprendizagem através de uma atividade lúdica com a intenção de promover a preservação e valorização do patrimônio arqueológico regional.

Para desenvolver a oficina cerâmica é necessário organizar alguns materiais essenciais para o bom desenvolvimento da atividade, entre eles estão: argila, que pode ser facilmente encontrada em floriculturas ou ser retirada diretamente em afloramentos naturais; copos descartáveis para distribuição de água para as equipes; jornais velhos ou papel pardo para forrar as carteiras ou o chão; palitos de dente ou de picolé para realizar o acabamento ou decoração das peças cerâmicas produzidas.

No primeiro momento deve-se dividir a turma em equipes de três a quatro alunos e distribuir a argila na proporção de 500g para cada equipe. De posse da argila é necessário que cada aluno retire sua porção para amassar a argila até conseguir uma pasta homogênea e de boa plasticidade.



Material necessário



Preparando a argila

No segundo momento os alunos irão iniciar a produção dos roletes de argila utilizando uma superfície lisa ou mesmo manipulando certa quantidade de argila entre as duas mãos. Os roletes confeccionados devem ter espessura adequada para as dimensões da vasilha cerâmica que se quer produzir. O rolete representa a base da técnica da produção cerâmica indígena.



Preparação do rolete



Preparação do rolete

Com alguns roletes prontos pode ser dado início a confecção da vasilha com a formação da base da mesma. Unindo um rolete em forma espiral pode ser formada a base da peça. Estes roletes devem ser bem pressionados.



Preparação da base



Base pronta

Com a base da peça pronta podemos partir para a etapa de construção do restante da vasilha cerâmica. Os roletes devem ser fixados na base da peça em sobreposição para que possa ser iniciada a construção do bojo da peça. Os roletes devem ser unidos uns aos outros com certa pressão e devem estar sempre úmidos para facilitar a fixação. Este processo deve-se estender até que se obtenha a forma final da vasilha.



Junção dos roletes



Bojo da peça pronta

Com a peça previamente pronta é necessário iniciar o alisamento externo e interno para garantir melhor fixação dos roletes e proporcionar melhor acabamento do artefato cerâmico. Nesta fase é importante que as mãos estejam sempre bem molhadas.



Alisamento

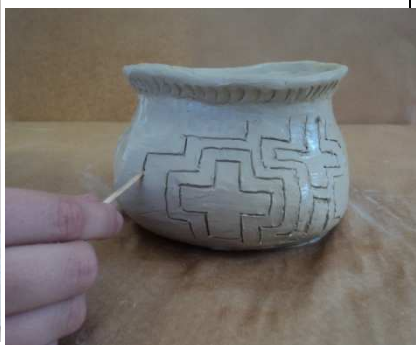


Alisamento concluído

Na última fase de manipulação deve-se iniciar o processo de decoração da peça. Utilizando-se dos palitos de madeira os alunos devem aplicar incisões das mais diferenciadas formas na parte externa. Nesta etapa deve-se tentar reproduzir algumas decorações plásticas peculiares das vasilhas cerâmicas originais encontradas pelos arqueólogos nos sítios arqueológicos. Após todas as fases concluídas, as peças devem ser secas a sombra por alguns dias. Se existir possibilidade, as peças cerâmicas produzidas pelos alunos podem ser cozidas em forno a lenha ou similar.



Decoração plástica

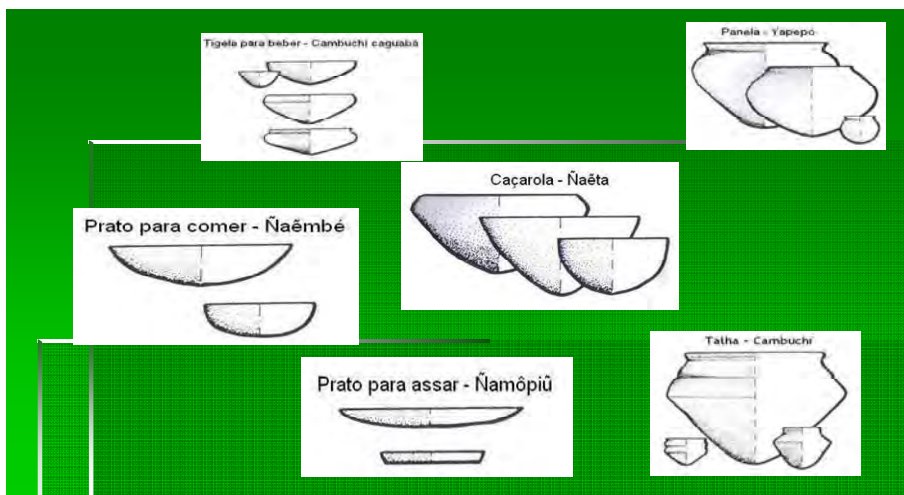


Decoração Plástica

O resultado final da produção dos alunos pode ser apresentado em exposições ou utilizado como recurso didático pelos professores nas aulas de ocupação pré-colonial. O material ainda pode ser utilizado em outra forma de oficinas como, por exemplo, em escavações arqueológicas simuladas onde as vasilhas podem ser previamente enterradas pelos professores, inteiras ou eu

cacos, para que possam ser escavadas pelos alunos, encontrando e reconhecendo sua própria produção.

Para melhor orientação dos alunos na escolha da forma da vasilha cerâmica a ser elaborada na oficina, deixamos abaixo algumas das formas mais comuns e usuais produzidas pelos índios pré-históricos que habitaram nossa região no passado.



Fonte: BROCHADO, MONTICELLI, NEUMANN, 1990

FONTES PARA CONSULTA

Abaixo, seguem algumas obras e sites complementares que poderão ser utilizadas como fontes de consulta sobre a Arqueologia e os conhecimentos obtidos através de outras pesquisas realizadas no Brasil.

LIVROS

Arqueologia (Pedro P. Funari)

Arqueologia Brasileira (André Prous)

Caçadores e coletores da Pré-História do Brasil (Pedro I. Schmitz)

Classificação em arqueologia (Robert C. Dunnell)

Sambaqui: arqueologia do litoral sul-brasileiro (MaDu Gaspar)

SITES

www.anchietano.unisinos.br

www.arqueologia.arq.br

www.iphan.gov.br

www.itaucultural.org.br/arqueologia

REFERÊNCIAS

BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé.** São Leopoldo: UNISINOS. Tese de doutorado, 2004.

CASTELLA, P. R.; BRITZ, R. M. (Org.). **A Floresta com Araucária no Estado do Paraná.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Coluna White:** excursão pela Serra do Rio do Rastro – SC. Porto Alegre: CPRM, 2007.

DIAS, Michele; MIKICH, Sandra. **Levantamento e conservação da mastofauna em um remanescente de Floresta Ombrófila Mista, Paraná, Brasil.** Curitiba: Embrapa, 2006.

DMITRUK, Hilda Beatriz. Material para a Série Interdisciplinar do Centro de C. Humanas e Sociais. In: **I Congresso Sul Brasileiro de Educação Patrimonial.** Tubarão. Anais, Tubarão – SC, 2001.

EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: SPI, 2006.

HOELTZ, Sirlei Elaine. As tradições Umbu e Humaitá – Releitura das Indústrias Líticas das Fases Rio Pardinho e Pinhal através de uma Proposta Alternativa de Investigação. **Anais da VIII Reunião Científica Sociedade de Arqueologia Brasileira,** Porto Alegre 1995, p.47-65.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Manual técnico de geomorfologia.** Rio de Janeiro: IBGE. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

KLEIN, R. M. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. SUDESUL/FATMA/HBR. Itajaí. 1978.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000**. In: Revista USP. São Paulo. 2000.

PARELLADA, Claudia Inês. **Estudo arqueológico no alto vale do Rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná**. Tese de doutorado: USP. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; VANZ, Argeu. Sobre uma ponta de projétil no litoral sul do Rio Grande do Sul. In: **Escritos sobre arqueologia**. Rio Grande: FURG, 2001.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A questão do Paleoíndio. In: **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 1999. p. 55-59.

_____. Caçadores-coletores do Brasil Central. **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 1999. p. 89-100.

_____. O Guarani: História e Pré-história. In: **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 1999. p. 285-291.

_____. **Caçadores e coletores da Pré-História do Brasil**. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 63 p. il. 1984.

_____. Migrantes da Amazônia: a tradição tupi-guarani. In: **Pré-História do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS. Documentos 5. 1991.

_____. O povoamento indígena do sul do Brasil. In: **Maracajá: Pré-história e arqueologia**. Tubarão: Editora Unisul, 2005.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Arqueologia e Informática: uma proposta de educação patrimonial sobre os sambaquis do sul de Santa Catarina**. Porto Alegre, PUC-RS. Dissertação de Mestrado, 2002.

_____. **Levantamento arqueológico pré-histórico na área de implantação das PCHs Itaguaçu, Tuneiras II e Salto da Banana, nos municípios de Boa Ventura de São Roque e Pitanga – PR**. Tubarão: FAEPESUL. Relatório final, 2011.

_____. **Salvamento e monitoramento arqueológico pré-histórico na área de implantação da PCH Itaguaçu, nos municípios de Boa Ventura de São Roque e Pitanga – PR**. Tubarão: FAEPESUL. Relatório final 2011.

SOARES, André Luís R. **Guarani: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SONEGO, Rubia Cristina. **Descrição da estrutura de uma Floresta Ombrófila Mista**. UNISINOS: São Leopoldo. Dissertação de Mestrado. 2007.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ARTEFATO UMBU.....	17
FIGURA 2: ARTEFATO HUMAITÁ.....	17
FIGURA 3: CASAS SUBTERRÂNEAS GEMINADAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, SC.....	18
FIGURA 4: FRAGMENTOS DE CERÂMICA GUARANI. FONTE: SCHMITZ, 2006.	20
FIGURA 5: ARQUEÓLOGOS REALIZANDO PROSPECÇÃO POR LINHAS DE CAMINHAMENTO.	23
FIGURA 6: ARQUEÓLOGOS REALIZANDO PROSPECÇÃO ATRAVÉS DA ESCAVAÇÃO DE POÇOS-TESTE.....	24
FIGURA 7: ARQUEÓLOGO DEMARCANDO UMA QUADRÍCULA QUE SERÁ ESCAVADA.	25
FIGURA 8: EXEMPLO DE PACOTES ARTIFICIAIS DEFINIDOS PELOS ARQUEÓLOGOS.....	26
FIGURA 9: EXEMPLO DE PACOTES NATURAIS DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA.....	26
FIGURA 10: ARQUEÓLOGO ESCAVANDO A UNIDADE ATRAVÉS DE NÍVEIS ARTIFICIAIS (SÍTIO PITANGA 3).....	27

FIGURA 11: ARQUEÓLOGOS ESCAVANDO PERFIL DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO (SÍTIO PITANGA 1).....	27
FIGURA 12: ARQUEÓLOGOS ESCAVANDO ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA POR NÍVEIS NATURAIS (SÍTIO PITANGA 2).....	28
FIGURA 13: ARQUEÓLOGOS REALIZANDO COLETA DE SUPERFÍCIE. ..	28
FIGURA 14: ARQUEÓLOGO CATALOGANDO MATERIAL ESCAVADO.....	30
FIGURA 15: ARQUEÓLOGO ANALISANDO MATERIAL ESCAVADO.....	30
FIGURA 16: VISTA AÉREA DO LOCAL ONDE SERÁ INSTALADA A USINA, COM A LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.	33
FIGURA 17: PALESTRA SOBRE A ARQUEOLOGIA REGIONAL COM ALUNOS DE SERIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DA ESCOLA SÃO JOÃO DA COLINA – PITANGA – PR.....	38
FIGURA 18: PALESTRA DO ARQUEÓLOGO VALDIR L. SCHWENGBER PARA UM GRUPO DE EDUCADORES E PESSOAS DA COMUNIDADE	38

Apoio:

